

O imigrante na língua: o comentário de um estudante de Português como Língua de Acolhimento sob o viés da Antropologia da Enunciação

The immigrant in the language: the comments of a Portuguese as a Welcoming Language student under the light of Anthropology of Enunciation

Júlia Sonaglio Pedrassani (IFRS)¹
Carina Fior Postinger Balzan (IFRS)²
Sara Luiza Hoff (UFRGS)³

Resumo

Este trabalho aborda a relação entre o ser falante e o ser cidadão a partir da análise de comentários de um imigrante haitiano que estudou Português como Língua de Acolhimento (PLAc). A pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, é pautada na Antropologia da Enunciação (FLORES, 2015; 2019), teoria que analisa conhecimentos sobre a língua revelados pelo próprio falante, em um entrelace com o conceito de PLAc, perspectiva de ensino específica para alunos que passaram por uma migração forçada ou refúgio e que precisam reconstruir sua cidadania no país em que passarão a viver. O objetivo deste artigo é verificar o que há nos comentários do imigrante, aspectos que mostram a sua inserção social e reconstrução da cidadania a partir do momento em que ele pode se comunicar com os brasileiros. Para isso, foram analisados trechos de uma entrevista semiestruturada com base nos textos "O aparelho formal da enunciação" e "A forma e o sentido na linguagem" (BENVENISTE, 1989). A partir dos resultados foi possível verificar que é a propriedade de significação das línguas que garante a comunicação entre os imigrantes e os falantes nativos e, como consequência, o aspecto que permite que esses sujeitos possam reconstruir sua cidadania e participar ativamente da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Imigrantes e refugiados. Cidadania. Propriedade de significação.

Abstract

This work addresses the relationship between being a speaker and being a citizen through the analysis of comments made by a Haitian immigrant who studied Portuguese as a Welcoming Language (PWL). The qualitative research, of a descriptive nature, is based on the Anthropology of Enunciation (FLORES, 2015; 2019), a theory that analyzes language knowledge revealed by the speaker themselves, intertwined with the concept of PWL, a specific teaching perspective for students who have experienced forced migration or refuge and need to rebuild their citizenship in the country where they will live. The objective of this article is to examine aspects present in the immigrant's comments that demonstrate their social integration and reconstruction of citizenship from the moment they are able to communicate with Brazilians. For this purpose, excerpts from a semi-structured interview were analyzed based on the texts "O aparelho formal da enunciação" and "A forma e o sentido na linguagem" (BENVENISTE, 1989). The results made it possible to verify that it is the meaning property of languages that ensures communication between immigrants and native speakers and, as a consequence, enables these individuals to rebuild their citizenship and actively participate in Brazilian society.

Keywords: Immigrants and refugees. Citizenship. Meaning property.

¹ Graduada em Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa. IFRS (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Bento Gonçalves, Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, Brasil). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5435-3835> E-mail: juliaspedrassani@gmail.com

² Doutora em Letras. IFRS (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Bento Gonçalves, Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, Brasil). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5127-1471>. E-mail: carina.balzan@bento.ifrs.edu.br

³ Doutora em Letras. UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7216-2576> E-mail: saraluizahoff@gmail.com

1 Introdução

Nas últimas décadas, o Brasil vem recebendo um grande fluxo de imigrantes de diferentes países. Entre essas pessoas, há os que desejam estudar em universidades brasileiras, são investidores ou então realizam projetos em multinacionais. Contudo, a maioria delas vêm ao Brasil na esperança de uma vida melhor. É o caso dos milhares de migrantes deslocados forçados e refugiados que saem do país de origem em busca de trabalho e de um futuro mais promissor. Conforme dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), no final de 2020, havia quase sessenta mil pessoas com refúgio reconhecido no Brasil, e, em relação à imigração, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2021) reporta que, ao final da década de 2010 (2010-2020), havia cerca de 1,3 milhões de imigrantes residentes no Brasil, sendo a maioria oriundos da Venezuela e do Haiti. Quanto aos dados relacionados ao ano de 2021, o Observatório de Imigrações Internacionais (SIMÕES *et al.*, 2021) aponta para um crescimento de 131% nos pedidos de refúgio no último quadrimestre do ano em relação ao quadrimestre anterior.

Ao chegarem ao Brasil, os imigrantes forçados e refugiados sofrem uma ruptura de laços culturais, familiares e linguísticos. Muitos encontram-se em situação de vulnerabilidade social e não conseguem se sustentar financeiramente nos primeiros meses, visto a dificuldade em encontrar moradia, emprego, e contar com serviços de saúde e assistência social. Somada a esses fatores, está a questão linguística: poucos possuem domínio da língua portuguesa em seus primeiros meses no novo país, o que dificulta a criação de vínculos com pessoas nativas e promove a exclusão social. Desse modo, saber falar a língua portuguesa é fundamental para que essas pessoas possam conseguir um emprego, criar novos laços sociais, usufruir de serviços públicos e, com isso, passar a exercer sua cidadania no novo país.

Para suprir tal necessidade, surgem cursos de Língua Portuguesa voltados a imigrantes e refugiados. Inicialmente, essas propostas idealizadas por voluntários procuravam ensinar o idioma, muitas vezes de forma assistemática e intuitiva. Com o tempo, contudo, Instituições de Ensino Superior (IES) começaram a criar cursos que atendessem melhor essa demanda, e, assim, foram se desenvolvendo metodologias específicas para o ensino a estrangeiros em situação de migração forçada. Uma delas é o ensino de Português como Língua de Acolhimento, doravante PLAc, que possibilita muito mais que o ensino da língua: permite o acesso a saberes relacionados à cultura e à inserção social, de modo que os aprendentes se deparem com situações-problema relacionadas à sua realidade, ou seja, o conhecimento é construído com base em situações reais de uso da língua, que certamente serão

enfrentados por pessoas nessa condição. Ao aprender a língua portuguesa pela perspectiva do PLAc, o estudante pode se comunicar com brasileiros e exercer, com melhores condições, seus direitos e deveres como cidadão, ou seja, ao dominar o idioma, o aluno tem a possibilidade de sentir-se pertencente à sociedade brasileira.

Nesse contexto, evidencia-se a conexão existente entre língua, homem e sociedade, já elucidada por Émile Benveniste nas obras *Problemas de Linguística Geral I e II* (doravante PLG I e PLG II, respectivamente). A presente pesquisa aborda o aprendizado de PLAc e sua relação com o processo de integração social de imigrantes forçados e refugiados na sociedade brasileira por meio da Antropologia da Enunciação, viés de pesquisa formulado e apresentado por Flores (2015; 2019), com base em Benveniste e outros autores. A partir de um comentário⁴ de um imigrante haitiano, aprendente de PLAc, que retrata sua condição de falante e sua experiência como tal, procura-se responder à seguinte questão: o que o comentário de um imigrante haitiano, em processo de aprendizado da Língua Portuguesa como Língua de Acolhimento, revela sobre a relação entre o ser falante e o ser cidadão? Para fazê-lo, conta-se com os textos “A forma e o sentido na linguagem” e “O aparelho formal da enunciação”, de Benveniste (1989), em uma análise situada no âmbito da Antropologia da Enunciação (FLORES, 2015; 2019).

A partir da análise, que coloca em evidência o ser falante e o ser cidadão por meio dos escritos de Benveniste⁵, pode-se verificar aspectos e propriedades da língua que permitem que migrantes forçados e refugiados reconstruam sua cidadania no país novo e, além disso, reiterar a importância do aprendizado de PLAc para essas pessoas. O objetivo geral desta pesquisa é, por meio de uma análise baseada nos preceitos da Antropologia da Enunciação, verificar como o falante percebe a relação entre a comunicação em língua portuguesa e a possibilidade de participar da comunidade brasileira. Mais especificamente, busca-se: a) identificar os comentários do falante que dão pistas da conexão entre o ser falante e o ser cidadão; b) verificar como o falante percebe sua participação na sociedade a partir do uso da língua; c) relacionar tal percepção aos estudos de Benveniste (1989) em “A forma e o sentido na linguagem” e “O aparelho formal da enunciação”; e, por fim, d) estabelecer um conhecimento de língua apresentado pelo próprio falante em seus comentários.

Esta pesquisa se justifica pela lacuna e poucos estudos que procuram conhecimentos sobre a língua produzidos por falantes vindos de migração forçada e que aprenderam o idioma sob a perspectiva de Língua de Acolhimento. Com isso, traz-se à tona a importância do ensino de PLAc a partir da visão

⁴ Termo cunhado utilizado por Flores (2015; 2019) para se referir ao enunciado do falante que contém informações que revelam conhecimentos do falante em relação à língua ou sua própria experiência de ser falante.

⁵ Émile Benveniste foi um linguista que se dedicou ao ato de enunciar – a enunciação – apresentando-a como objeto do estudo linguístico. O teórico reflete sobre a linguagem, as línguas e a língua e coloca o homem no centro das discussões, ou seja, postula uma teoria voltada ao homem na língua (FLORES, 2013).

do próprio imigrante. Este estudo poderá auxiliar o campo de pesquisa sobre PLAc, pois verifica aspectos da língua que permitem que o falante reconstrua sua cidadania e se insira na sociedade, objetivos intrínsecos dessa concepção de ensino de idioma. Além disso, a pesquisa poderá contribuir para o fortalecimento e solidificação de análises construídas com base na Antropologia da Enunciação, uma área que muito pode revelar sobre o falante, as línguas e a linguagem e a relação intrínseca existente entre esses elementos, bem como evidenciar a relevância e a transversalidade dos postulados de Émile Benveniste.

2 Preceitos teóricos

Para a constituição desta pesquisa, é necessária a compreensão e a delimitação de conceitos que giram em torno do ensino de PLAc, do viés metodológico sobre o qual este estudo é organizado, a Antropologia da Enunciação, e dos estudos de Émile Benveniste (1989) nos textos “A forma e sentido na linguagem” e “O aparelho formal da enunciação”. Além da apresentação desses conceitos, busca-se evidenciar a conexão existente entre eles, fator que autoriza a efetivação desta investigação.

Inicia-se a discussão com foco no elemento essencial deste estudo: o próprio falante. Uma análise linguística que procura colocar o homem enquanto ser falante é um estudo voltado ao *Homo loquens*, ou seja, ao homem que fala. Tal termo, apontado por Flores (2019), remete à ideia de que a faculdade da linguagem é constitutiva do homem. Para o autor, “quando se está em frente ao *Homo loquens* [...] está-se frente ao homem que se apresenta como tal por falar”, e, através de seu enunciado, é possível ter acesso aos efeitos da presença da língua nele (FLORES, 2019, p. 25). Ainda conforme Flores (2019, p. 257, destaques do autor), “admitindo-se o *Homo loquens* no âmago da linguística, pode se chegar a uma linguística do homem falante, uma linguística que se interessa pelo que diz o homem da língua, sobre a língua, a respeito da língua, com a língua”, que é o que se procura fazer neste estudo. Busca-se entender os efeitos da língua agindo diretamente sobre a vida do imigrante, já que, em seu país de origem, ele era capaz de se constituir como *Homo loquens*, mas, ao chegar ao Brasil, ele precisa aprender a língua para que isso aconteça.

Apesar do imigrante não ter conhecimento da língua portuguesa, ele não parte de um ponto zero quando inicia a sua aprendizagem. Conforme Cabete (2010), o conhecimento que ele tem de sua língua materna, as suas experiências de vida, a sua representação do mundo e a própria visão da língua portuguesa podem contribuir para o desenvolvimento de competências comunicativas. Assim, é importante que haja uma perspectiva de ensino que valorize os conhecimentos prévios do aluno e os utilize a favor do aprendizado da língua. Com vistas a atender às especificidades demandadas por

imigrantes forçados e refugiados no que diz respeito à aquisição de uma nova língua, surge a perspectiva de ensino de PLAc, que se diferencia das demais abordagens de ensino de idioma.

2.1 Português como Língua de Acolhimento

A Língua de Acolhimento é um viés metodológico de ensino de idioma voltado exclusivamente para alunos em condição de migração forçada ou refúgio, que se encontram em situação de vulnerabilidade social, com laços sociais, familiares, culturais e linguísticos rompidos. Para São Bernardo (2016, p. 65), o ensino de PLAc ultrapassa a noção de língua estrangeira ou língua segunda. Dado o público a que se destina, essa concepção está ligada “a um conjunto de saberes, como saber agir, saber fazer novas tarefas linguístico-comunicativas” que devem ser realizadas na língua-alvo, bem como permite aos aprendentes “a possibilidade de tornar-se cidadão desse lugar, cultural e politicamente consciente, participando como sujeito dessa sociedade”. Desse modo, as aulas elaboradas sob a perspectiva do PLAc permitem ao aluno compreender a sociedade em que ele está inserido e o preparam para situações comunicativas que irá enfrentar ao relacionar-se com os demais membros da comunidade. Corroboram essa ideia Volmer e Ros (2020, p. 94) ao notarem que “entender a língua como instrumento de interação, é premissa para que migrantes e refugiados compreendam os valores e as normas culturais do país que os acolheu”.

A aula de PLAc, para Grosso (2010), deve ser baseada em situações-problema, de modo que o imigrante se sinta preparado para interações sociais enfrentadas no cotidiano, como o uso de serviços públicos, participação em entrevistas de emprego e acesso a lojas e supermercados. Em conformidade, Cabete (2010, p. 109) postula que “o facto de todo o processo de ensino-aprendizagem se focalizar na integração do imigrante na sociedade que o acolhe envolve todo este processo em temáticas, conteúdos e objetivos relacionados com o quotidiano”. É por essa especificidade que o ensino de PLAc permite ao imigrante inserir-se na sociedade em menos tempo, não apenas por evitar o isolamento desse sujeito, mas por lhe permitir melhores condições de vida (CABETE, 2010). Para o imigrante, é a língua que “permite o acesso mais rápido à cidadania como um direito” (GROSSO, 2010, p. 71), ou seja, é pela comunicação que ele poderá garantir seus direitos e deveres, condição fundamental para qualquer cidadão.

Ao aprender a língua, surge diante do imigrante a possibilidade de interagir com os colegas de trabalho, de questionar e compreender as atribuições do meio social e laboral em que se encontra, assistir aos mais diversos programas de televisão, utilizar redes sociais com conteúdo brasileiro, entender notícias que revelem informações importantes sobre o local onde vive, efetuar compras em

supermercados, farmácias e demais estabelecimentos comerciais, além de poder solicitar atendimentos especializados, como consultas médicas, serviços relacionados à justiça e poder matricular seus filhos em escolas públicas. Todos esses atos fazem parte de um rol de possibilidades relacionadas ao ser cidadão, termo compreendido como o indivíduo que exerce seus direitos e cumpre seus deveres em uma determinada sociedade. Exercer a cidadania, para Morais (2013, p. 20912), “remete a pertencer a um todo maior [...] nutrindo direitos assegurados pela figura do Estado”. Desse modo, o indivíduo só pode ser cidadão dentro de uma comunidade com a qual estabeleça um vínculo de pertencimento.

2.2 A Antropologia da Enunciação

O fato de o falante ser capaz de comentar sua experiência de ser falante, ou seja, de sentir a presença da língua nele, permite que este estudo seja conduzido sob o olhar da Antropologia da Enunciação. Segundo Freisleben e Oliveira (2021, p. 57, destaques dos autores), com base em Flores, este viés “consiste em investigar o conhecimento que o falante produz sobre si e sobre a própria língua ao *usar a língua para falar da língua*”. Para isso, coloca-se no centro da discussão o próprio falante, o *Homo loquens*, já que, conforme Flores (2017, p. 185), “a antropologia da enunciação seria, antes de tudo, um estudo da natureza *loquens* do homem, o que tem um interesse humano geral e não apenas disciplinar”. É percebida no homem “a fonte de um saber de natureza linguística”, de modo que a perspectiva aqui apresentada estabeleça “o estudo de um saber sobre o homem que advém de sua capacidade de enunciar” (FLORES, 2019, p. 246). Coloca-se em evidência um saber sobre a língua que é proveniente do próprio falante. Neste caso, em um contexto relacionado ao PLAc, é o imigrante, o falante, quem revela a função da língua de permitir que ele se relacione com outros seres humanos, com o mundo e com a sociedade a partir da possibilidade de enunciar.

Para Flores (2019, p. 258), a enunciação atua como uma *função* “que caracteriza o *Homo loquens* e identifica o caráter fundamentalmente verbal da condição humana”. A partir dessa função, é possível verificar os efeitos da presença da língua no homem: “a antropologia da enunciação visa, portanto, esse saber sobre o homem que advém do fato de o homem falar – expressar-se verbalmente” (FLORES, 2019, p. 259). Assim, observa-se, nos enunciados do falante, saberes relacionados a si próprio, ou seja, à sua constituição enquanto homem, e também saberes relacionados à língua: “é possível, então, ver [...] o falante tendo lugar na língua e a língua tendo lugar nele” (FLORES, 2019, p. 319). Isso se dá, segundo o autor, a partir de pistas deixadas pelo falante em seus comentários que revelam os efeitos que a língua tem no próprio falante. Esses efeitos estão relacionados aos fenômenos da língua:

[...] o falante, ao falar sobre os *efeitos* que os diferentes *fenômenos* de língua têm *sobre* ele, se historiciza como *Homo loquens* em sua língua. Nesse sentido, uma antropologia da enunciação não estuda dados, mas fenômenos, em especial, o que o falante diz de sua experiência com esses fenômenos. (FLORES, 2019, p. 263, destaques nossos).

Nesta pesquisa, portanto, observam-se comentários de um imigrante estudante de um curso de PLAc, em busca de fenômenos da língua evidenciados pelos efeitos que a possibilidade de comunicação exerce no próprio falante. Em uma antropologia da enunciação, verifica-se a relação do homem com a própria língua tendo-se como base a visão do próprio falante, pois, conforme Flores (2019, p. 317), “o falante explica a própria língua e, ao fazer isso, historiciza a sua relação com ela”. Observam-se os saberes do homem sobre a língua que ele fala, de modo que o que separa o falante do linguista é o mero desejo de cientificidade do último, já que os dois são falantes falando da língua. O autor ressalta que “é a língua no homem que determina esse saber” (FLORES, 2019, p. 263, destaques do autor) que o falante produz sobre a língua, mas que, no viés da antropologia da enunciação, no caso desta pesquisa, o homem não elabora conhecimentos *sobre* o processo de aprendizado de PLAc, mas uma *reflexão* sobre o efeito desse aprendizado na sua experiência como falante e, por consequência, elabora conhecimentos sobre a própria língua.

Em uma pesquisa orientada sob a perspectiva da Antropologia da Enunciação, tem-se como objeto “os comentários que o falante faz sobre a sua presença na língua, permitidos pela propriedade metalinguística natural da linguagem” (FREISLEBEN; OLIVEIRA, 2021, p. 57). Quanto ao caráter do dado, Nunes e Flores (2017) apontam que o enunciado que denuncia a experiência do falante na língua deve tratar-se de um *dado-achado*, caracterizado pelos autores como aquele que não é construído com a finalidade de servir de exemplo, ou seja, o dado não é o fim, mas o ponto de partida. Para os estudiosos, “[...] é do dado que emanam os indicativos de análise” (NUNES; FLORES, 2017, p. 404, destaques dos autores), e é do dado que surgem os rumos que a análise tomará. Para esse tipo de pesquisa, é primordial que o dado não seja criado para atender aos desejos do pesquisador, mas, ao contrário, que ele surja naturalmente, revelando ao linguista que o analisará os caminhos teórico-metodológicos a serem percorridos.

Conforme apontado por Freisleben e Oliveira (2021), o dado analisado só é possível pela propriedade metalinguística das línguas naturais. Essa *função* está relacionada ao falante falar da língua utilizando a própria língua. A metalinguagem tem “a forma específica do *comentário que o falante faz sobre a experiência (sua ou de outrem) de falante*. Em outras palavras, ‘eu’ fala a ‘tu’ histórias de sua relação com ‘ele’ (a língua)” (FLORES, 2019, p. 315, destaques do autor) e está relacionada ao segundo nível de enunciação, teorizada por Benveniste, em que o este autor nota a relação de interpretância entre os sistemas da língua. Aponta para a língua como interpretante de sistemas semióticos e mostra que

“nenhum outro sistema dispõe de uma ‘língua’ na qual possa se categorizar e se interpretar segundo suas distinções semióticas, enquanto que a língua pode, em princípio, tudo categorizar e interpretar, inclusive ela mesma” (BENVENISTE, 1989, p. 62). O teórico ainda revela que a língua permite que ela interprete a si mesma, em sua função metalinguística, no momento em que o falante utiliza a língua para falar dela mesma.

Isso ocorre através da enunciação, definida por Flores (2013, p. 177) como “a colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização”, ou seja, o ato de enunciar pelo qual o “locutor transforma a língua em discurso” (FLORES, 2013, p. 164). No contexto de PLAc, observa-se que é pela enunciação e pela língua que os imigrantes forçados e refugiados poderão ter acesso à cultura e à sociedade. Eles apenas poderão se constituir como sujeitos ao enunciarem e, para isso, precisam ter acesso à língua enquanto sistema de signos, mas também é mister reconhecerem o seu nível semântico. Por isso, para a análise do comentário do imigrante proposto neste estudo conta-se com os textos “O aparelho formal da enunciação” e “A forma e o sentido na linguagem”, de Émile Benveniste, ambos publicados em *Problemas de Linguística Geral II* (1989).

O artigo “O aparelho formal da enunciação” trata do enunciado e do próprio ato de enunciar, ressaltados três grandes processos sob os quais a enunciação pode ser estudada, quais sejam: o aspecto vocal, a semantização e o quadro formal de realização (FLORES, 2013). Para esta pesquisa, são colocados em evidência os dois últimos. Quanto à semantização, esta dispõe sobre a “conversão individual da língua em discurso” (BENVENISTE, 1989, p. 83). Já no que diz respeito ao quadro formal de realização, o foco é atribuído ao próprio ato de enunciar, o que leva em conta a situação em que ele se realiza e os mecanismos linguísticos que o tornaram possíveis (FLORES, 2013). Para o ato, o locutor implanta diante de si um alocutário: “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução, ela postula um alocutário” (BENVENISTE, 1989, p. 84). Desse modo, o locutor torna-se sujeito da enunciação ao apropriar-se do aparelho formal da língua, composto por índices específicos – pessoa, tempo e espaço – e procedimentos acessórios – o modo de mobilização dos signos da língua, manifesto pelas “grandes funções sintáticas” (BENVENISTE, 1989, p. 86) e por “todos os tipos de modalidades formais” (BENVENISTE, p. 1989, p. 87). Com isso, o locutor constrói o aparelho formal da enunciação, que indica a posição de locutor. (FLORES, 2013).

Em “A forma e o sentido na linguagem”, Benveniste discorre sobre a forma e o sentido, tanto no domínio semiótico quanto no domínio semântico da língua. Com isso, aponta para a linguagem enquanto fator primordial para a vida em sociedade, pois afirma que “antes de servir para comunicar, a linguagem serve para *viver*” (BENVENISTE, 1989, p. 222, destaques do autor). O autor mostra isso ao colocar em

jogo as unidades dos dois domínios e indicar que a linguagem opera pelos dois meios, concomitantemente. No domínio semiótico, a unidade é o signo linguístico, que possui forma e sentido. No domínio semântico, a unidade é a palavra, que, por sua vez, sempre encontra seu espaço em uma frase, e também possui forma e sentido. O signo linguístico, para Benveniste, tem como forma o significante, termo saussuriano que designa a forma sonora; seu sentido, então, é o seu significado, definido como aquilo que possa ser identificado e reconhecido pelos falantes no uso da língua. Já no nível semântico, trata-se da língua em emprego, em ação (BENVENISTE, 1989, p. 229). O linguista mostra a

[...] língua como instrumento da descrição e do raciocínio. Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e por consequência a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência (BENVENISTE, 1989, p. 229).

Nesse domínio, cuja unidade “encontra expressão na frase” (FLORES, 2013, p. 141, destaques do autor), a forma é o próprio sintagma, e o sentido é a ideia que a frase exprime. Desse modo, os dois pilares da dicotomia da língua como semiótico e da língua como semântico são fundamentais para o aprendente de PLAc poder comunicar-se. Conforme Benveniste (1989, p. 229), “com o signo, tem-se a realidade intrínseca da língua; com a frase liga-se às coisas fora da língua”. Assim, o imigrante necessita do sistema de signos da língua, mas também precisa conectar-se e referir-se ao mundo fora dela.

3 Metodologia

Esta pesquisa surge da necessidade de um estudo que se debruce sobre a relação entre o ser falante e o ser cidadão a partir da visão do próprio sujeito que se encontra em momento de aprendizado de língua e, concomitantemente, imigrante forçado que precisa se inserir na nova sociedade. Neste estudo, é investigado um comentário produzido por um imigrante haitiano que realizou o Curso de Extensão Língua Portuguesa para imigrantes e refugiados, ofertado pelo IFRS – *Campus Bento Gonçalves*, em 2019. O curso, concebido sob a perspectiva de ensino de PLAc, é dividido em dois módulos de 30 horas cada e permite que os participantes desenvolvam habilidades e competências linguísticas, sociais e culturais que facilitem e agilizem o seu processo de integração na comunidade onde passarão a viver.

O *corpus* desta investigação é oriundo de uma entrevista semiestruturada, coletada ao longo da realização do projeto de pesquisa *Língua Portuguesa como passaporte para cidadania: aspectos socioculturais e linguísticos dos participantes do Curso de Extensão Língua Portuguesa para imigrantes e refugiados no IFRS – Campus Bento Gonçalves*, desenvolvido entre 2019 e 2020, no Instituto Federal

do Rio Grande do Sul – *Campus Bento Gonçalves*⁶, e que teve como integrantes autoras deste texto. Na oportunidade, foram entrevistados três imigrantes haitianos⁷ que estavam finalizando o Curso⁸, em busca de elementos que pudessem revelar o nível de proficiência desses alunos, conforme o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas⁹. Por isso, no momento da entrevista, as perguntas foram relacionadas a tópicos abordados pelo Quadro, como apresentação pessoal, informações sobre trabalho, alimentação, atividades de lazer etc.

As entrevistas, realizadas nas imediações do IFRS – *Campus Bento Gonçalves*, em novembro de 2019, foram gravadas em áudio e têm cerca de uma hora de duração cada. Para esta pesquisa, será utilizado um enunciado de aproximadamente dois minutos, retirado de uma das gravações. Trata-se de um comentário que um imigrante haitiano, homem, de 28 anos, residente no Brasil há um ano e meio no momento da pesquisa, faz acerca de como o aprendizado de língua portuguesa afetou positivamente sua vida e permitiu sua inserção social. A transcrição do *corpus* manteve-se fiel à produção linguística do sujeito¹⁰.

Ressalta-se que é a partir do comentário do imigrante que surge esta pesquisa e proposta de análise, pois é o próprio comentário que revela a necessidade de haver um estudo do campo linguístico que aponte para a relação entre o ser falante de PLAc e o ser cidadão, ou seja, é o dado que indica o caminho a ser percorrido para a análise. Optou-se por utilizar o viés metodológico proposto por Flores (2019), que evidencia e valoriza o que o falante revela sobre a língua que fala e sobre a sua experiência enquanto falante dessa língua.

Esta pesquisa possui caráter descritivo, pois, segundo Gil (2002, p. 42), tal denominação é dada aos estudos que “têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno” e que procuram debruçar-se sobre um determinado grupo social. Quanto aos métodos empregados para sua realização, trata-se de um estudo de caso, pois “consiste no estudo profundo e exaustivo de uns poucos casos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento” (GIL, 2002, p. 54). Para tanto, será descrito o fenômeno acima especificado na fala de apenas um imigrante

⁶ O Projeto de Pesquisa Língua Portuguesa como passaporte para cidadania: aspectos socioculturais e linguísticos dos participantes do Curso de Extensão Língua Portuguesa para imigrantes e refugiados no IFRS – *Campus Bento Gonçalves* foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFRS, sob o parecer n 3.346.749.

⁷ Os sujeitos da pesquisa tomaram ciência e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

⁸ Para a seleção dos entrevistados, foi realizado um diagnóstico inicial da proficiência dos alunos, que teve como base o relato da professora do curso (autora deste texto e coordenadora do projeto de pesquisa), observação da interação comunicativa desses alunos com a professora e com os colegas durante as aulas e análise de tarefas verbais produzidas pelos informantes no decorrer do curso. O contato se deu via aplicativo de mensagens e foi feito pela coordenadora do projeto de pesquisa.

⁹ O estudo pode ser encontrado em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1715>.

¹⁰ Com o objetivo de tornar a transcrição mais clara e que os aspectos da oralidade fossem mantidos, foram utilizados os seguinte símbolos: incompreensão de sintagma: (?); pausa: ...; interrupção de transcrição: [...]; adição de informações retomadas por anáfora: [termo].

haitiano. Em relação ao estudo dos dados, a análise é qualitativa, visto que a interpretação dos resultados se dá conforme organização e descrição do pesquisador através de uma observação continuada de um contexto específico (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2015), e pautada na perspectiva teórica da Antropologia da Enunciação (FLORES, 2015; 2019).

Os procedimentos metodológicos para a realização da análise foram: a) verificar, no comentário selecionado, quais são os trechos em que o falante revela a relação entre o ser falante e o ser cidadão; b) com base nos comentários, debruçar-se sobre a visão que o imigrante haitiano tem sobre o processo de aprendizado de PLAc e como este fator afeta sua inserção na sociedade; c) fundamentados nos artigos selecionados do PLG II, analisar tais comentários em busca de estabelecer uma conexão entre a visão do falante, no que diz respeito ao seu conhecimento sobre o que a língua lhe permite fazer, e os estudos de Benveniste, em que o linguista se debruça sobre a capacidade da língua permitir a inserção do homem no mundo; e d) apontar para a relação entre língua e constituição humana, de modo a contribuir para os estudos de PLAc, principalmente no que tange à importância do aprendizado de língua para imigrantes e refugiados. Apresentado o percurso metodológico, parte-se para a análise dos dados.

4 A Propriedade de significação nos comentários

Após a transcrição da entrevista, foram selecionados trechos em que o falante aponta para sua relação com a língua. Para fins de análise, serão considerados os dados abaixo (Quadro 1), enumerados de um a quatro, de acordo com a ordem em que foram enunciados pelo entrevistado¹¹:

Dado 1: Eu começá a fazê frasi sozinho.

Dado 2: E chegano aqui chego no curso... agora eu posso... eu posso falá. Mas todo mundo me entende...

Dado 3: Mas quem que que não faz esse curso... Não vai sabe nada. [...] Se for no banco não sabe como não sabe como pedi saque...

Dado 4: Depois o curso me ajuda bastante com... eu chega no serviço..., eu não falava nada com ninguém... só ficava com a bocha fechada eu não quero fala nada, eu não falo nada. Mas quando eu começa no curso eu digo ai eu tenho que falá, se eu que lo falá um pouquinho a língua, então eu tenho que conversa com os outros, então eu converso, converso, converso [...].

Quadro 1: dados analisados
Fonte: elaborado pelos autores

¹¹ A análise, entretanto, não necessariamente seguirá a ordem dos dados posta acima. Preferiu-se priorizar a linha de raciocínio presente nos artigos do PLG II, ou seja, os dados serão discutidos conforme a construção da teoria apresentada nos textos benvenistianos.

4.1 Análise segundo “O aparelho formal da enunciação”

Nos trechos acima, emergem na fala do imigrante os aprendizados do idioma desenvolvidos até então: o falante coloca em prática os conhecimentos sobre o sistema da língua portuguesa através da enunciação, definida por Benveniste (1989, p. 82) como o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. Fica evidente o posicionamento do falante em relação à sua capacidade de comunicação estar atrelada à fala em língua portuguesa, o que lhe permite enunciar. Antes de aprender o idioma, ele não tinha possibilidade de comunicar-se com brasileiros, mas, ao fazer as aulas do curso, pôde conversar com outras pessoas.

O Dado 4 aponta para a intersubjetividade, consequência da enunciação. Para Benveniste (1989, p. 83-84), “depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita outra enunciação em retorno”. Por assim serem constituídas as interações entre os homens, antes de aprender o idioma, o falante em questão ouvia uma forma sonora, não a compreendia e, por consequência, não poderia produzir um outro enunciado que servisse de resposta. Ao aprender a língua e ao ser estimulado a se comunicar, contudo, ele percebe que já é capaz de conversar: “então eu converso, converso, converso...”. Instaura-se não somente a possibilidade de responder ao que as pessoas lhe comunicam, mas, também, a chance de iniciar diálogos com quem desejar. Como revela Benveniste (1989, p. 84, destaques do autor), no momento em que o homem se “declara locutor e assume a língua”, ou seja, inicia seu ato de enunciação, “ele implanta o *outro* diante de si”. O comentário do imigrante permite verificar que, sem a língua, sem a possibilidade de instaurar diálogos com outros seres humanos, estaria sujeito a permanecer isolado do meio social onde vive.

Como descrito por Benveniste (1989), a língua é distinta do ato de usar a língua, do mesmo modo que conhecer o sistema da língua não significa, necessariamente, conseguir enunciar. Sobre a enunciação, o autor afirma que “a dificuldade é apreender este grande fenômeno, tão banal que parece se confundir com a própria língua, tão necessário que nos passa despercebido” (BENVENISTE, 1989, p. 82). Para o imigrante, aprender estruturas fonomorfológicas em uma aula de Português como Língua de Acolhimento não é o suficiente para que ele consiga desenvolver enunciados. Enunciar implica colocar a língua em uso, e isso requer uma assimilação mental de questões que vão além de elementos puramente linguísticos, já que demandam compreensão de aspectos sociais e culturais do meio em que se vive. No dado 4, o imigrante evidencia a diferença existente entre conhecer o sistema e a possibilidade de enunciar, pois revela que o momento em que estava aprendendo a língua foi diferente do momento

em que passou a usar a língua: “mas quando eu começa no curso eu digo ai eu tenho que falá, [...] então eu tenho que conversa com os outros então eu converso, converso, converso”. Primeiro, ele participa do curso e, com isso, aprende a língua; após, coloca sobre si mesmo a obrigação de comunicar, e, de fato, enuncia.

No Dado 4, o falante comenta sobre sua experiência com a língua em um ambiente comum à maioria das pessoas na fase adulta: o trabalho. Ter um trabalho é um pilar para a reconstrução da cidadania de migrantes forçados, pois isso lhes garante sua própria sobrevivência, além de sua inserção na sociedade. Estar empregado, de certo modo, é condição para que o imigrante exista no país de acolhimento. Para além disso, ao ter carteira assinada – situação do imigrante entrevistado –, é necessário que ele tenha ciência de seus direitos e deveres como trabalhador, o que acontece também pelo uso da língua. Ao conseguir enunciar, o imigrante consegue entender as ordens de seus superiores, executar as tarefas que lhe são solicitadas, conversar com os colegas e, também, questionar atitudes que não lhe pareçam justas. Desse modo, o comentário em análise revela a mudança na atitude do imigrante ao passar a ser falante e, por conseguinte, exercer sua cidadania no local de trabalho.

No mesmo trecho, o falante expõe um sentimento de “dever” em relação ao uso da língua: “eu digo ai eu tenho que falá”. Ao utilizar a forma verbal “tenho” o imigrante evidencia uma imposição que coloca sobre si mesmo quanto ao uso da língua e à comunicação com as pessoas brasileiras com quem convive. De acordo com Benveniste (1989, p. 94, destaques nossos),

[...] na enunciação, a língua se acha empregada para expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a **necessidade** de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor.

Com o termo “tenho” (Dado 4), o falante aponta para a necessidade revelada por Benveniste de se estabelecer uma correlação mútua entre locutor e interlocutor, de modo que ambos participem de um centro de referência único dentro de seu enunciado. Para o imigrante, a autoimposição de estabelecer a comunicação em língua portuguesa pode indicar a percepção de que a língua é o que lhe permite se referir às coisas do mundo, de modo que, para que seus enunciados tenham significados compreensíveis a falantes nativos, é fundamental que ele possa, através da fala, referir-se aos objetos, ações, estados que fazem parte do contexto social em que ele vive.

Algo semelhante surge nos Dados 2 e 3, nos quais o falante, respectivamente, indica mudanças que ocorreram em sua vida após ter acesso ao curso de Português e exemplifica a relação entre o referir pelo discurso e a realização de um saque de dinheiro no banco. O imigrante revela que, depois do curso,

ele tornou-se capaz de se fazer entender: “agora eu posso fala” e “todo mundo me entende”. Ele aponta para a importância de conseguir referir pelo discurso, pois é isso que garante que o seu interlocutor possa compreender o que ele deseja comunicar e, assim, produzir uma resposta que possua o mesmo quadro de referência. É também pelo referir pelo discurso e pela possibilidade de instaurar um co-locutor diante de si que o imigrante pode solicitar um saque de dinheiro em uma agência bancária e, com isso, passar a realizar atividades que garantam seus direitos no Brasil. Ao afirmar que “quem não faz esse curso [...] Se for no banco não sabe como [...] pedi saque”, o falante aponta para a língua como o meio pelo qual se realizam atos de cidadania.

4.2 Análise segundo “A forma e o sentido na linguagem”

Conforme apontado em “O aparelho formal da enunciação”, a enunciação pode ser vista sob três principais processos, sendo um deles o de semantização. Trata-se do passar a significar, ou seja, do momento em que o falante converte o sistema da língua em significado – passa-se do domínio semiótico da língua, cuja unidade é o signo, para o domínio semântico, cuja unidade é a frase. Em “A forma e o sentido na linguagem”, Benveniste (1989) mostra que há duas modalidades fundamentais da função linguística, quais sejam: significar e comunicar. A primeira é relacionada ao domínio semiótico; a segunda, ao domínio semântico.

Inicia-se a análise sob o olhar do texto benvenistiano em questão a partir das modalidades da função linguística acima citadas. Benveniste (1989, p. 222) mostra que “[...] o sentido é a noção implicada pelo termo mesmo da língua como conjunto de procedimentos de comunicação identicamente compreendidos por um conjunto de locutores [...]”. Para que haja comunicação entre um grupo de pessoas, é necessário que o sentido dos termos utilizados seja comum aos locutores envolvidos. No Dado 2, o imigrante diz “mas todo mundo me entende”. Com isso, ele reitera o que fora apontado por Benveniste: a partir do momento em que ele começou a reconhecer os signos da língua portuguesa e seus respectivos significados, compartilhados pelos falantes da língua, ele pode se fazer entender na sociedade. Isso mostra que o imigrante já estava tomando conhecimento do sistema de signos do idioma, o que é fundamental para que ele possa participar da comunidade brasileira.

Ao reconhecer os signos da língua, o imigrante passa a ter acesso a uma característica essencial da linguagem – a de significar. De acordo com Benveniste (1989, p. 222), “antes de qualquer coisa, a linguagem significa, tal é seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções que ela assegura no meio humano”. Por tratar-se de um migrante forçado, a língua, considerando-se sua propriedade de significar e as funções atreladas a esta característica, garante ao

falante a possibilidade de reconstrução da cidadania: trata-se de um sujeito que perde laços fundamentais para a constituição de sua própria individualidade e que, ao chegar ao Brasil, não pode reconhecer seus direitos e deveres, nem participar ativamente da sociedade, por não conseguir *significar*. Tal fator é reforçado no Dado 3: “quem que não faz esse curso [...]. Se for no banco não sabe [...] como pedi saque...”, em que o imigrante é impossibilitado de realizar atividades corriqueiras por não reconhecer o significado dos signos com os quais tem contato e por não poder utilizar as palavras da língua que não aprendeu. Como mostra Benveniste (1989, p. 222, destaques do autor),

[...] bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para *viver*. Se nós colocamos que à falta de linguagem não haveria nem possibilidade de sociedade, nem possibilidade de humanidade, é precisamente porque o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar.

Para esses sujeitos, contudo, a língua serve não apenas para viver, mas para *sobreviver*. No Dado 4, o falante revela a língua como fator de garantia de trabalho: a falta de entendimento de enunciados no trabalho acarreta impedimento de desempenhar as funções solicitadas pelos seus superiores, e, por consequência, correr o risco de perder o emprego. Neste caso, a possibilidade de *significar* assegura ao sujeito a chance de cumprir com suas tarefas, garantir seu salário e conseguir pagar o aluguel, fazer compras no mercado, contratar serviços como luz, água, internet etc. Desse modo, é a língua que garante a sobrevivência dessas pessoas no Brasil, pois, com ela, os imigrantes garantem seu sustento no país. Para além disso, a capacidade de significar garante que o imigrante crie laços com seus colegas de trabalho, participe de cultos religiosos¹², utilize serviços públicos e estabeleça novos pontos de referência no Brasil. A partir do momento em que o imigrante significa, surge diante de si a possibilidade de *sobreviver* em uma comunidade brasileira, que compartilha de um mesmo sistema linguístico.

Dado o entendimento de que o significado está no âmbito semiótico, ou seja, do signo, para o imigrante é fundamental que sejam reconhecidos os termos do sistema linguístico utilizado pela comunidade em que ele passará a viver. Contudo, a comunicação não se dá apenas por signos. Por mais que estes sejam dotados de significado, é a frase que permite o contato entre seres humanos pela

¹² Conforme Balzan, Vieira e Pedrassani (2019, p. 35-36), a religião é um importante fator de inserção social, pois os imigrantes “podem aproveitar o momento das celebrações ou cultos para interagir com brasileiros que praticam a mesma religião”. A religião é um aspecto que se mantém após a imigração, além de ser um fator de compartilhamento de cultura com os brasileiros.

linguagem. Dito isso, parte-se para a outra modalidade fundamental da função linguística mencionada por Benveniste (1989) – a de comunicar, atrelada ao domínio semântico.

Enquanto o signo é o que garante o significado, é a frase que permite a comunicação: “[...] é assim que nos comunicamos: por frases, mesmo que truncadas, embrionárias, incompletas, mas sempre por frases” (BENVENISTE, 1989, p. 228). As frases enunciadas pelo falante imigrante não condizem com as estruturas morfossintáticas utilizadas por falantes nativos, mas, a seu modo, garantem a comunicação desse sujeito. No Dado 1, surge a importância da elaboração individual de frases: “então eu começá a fazê frasi sozinho”. Com isto, dá-se início à inserção do homem na língua e na sociedade, pois é neste momento que ele começa a colocar a língua em uso. Conforme Benveniste (1989, p. 229),

Vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens. É a língua como instrumento da descrição e do raciocínio. Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo [...].

Por colocar a língua em uso e semantizar, o imigrante passa a compreender o funcionamento das coisas do mundo, da sociedade e da cultura brasileira. Ele tem a chance de expressar seu pensamento, de comunicar as informações de que precisa, fazer pedidos, responder a questionamentos. Ao produzir frases, ele é capaz de empregar sentidos particulares do signo e referir-se às coisas do mundo de modo singular e pessoal – pela semantização, o imigrante passa a estar no mundo. Nos Dados 2, 3 e 4, o imigrante apresenta momentos de uso da língua que lhe permitiram realizar as atividades acima citadas: comunicação com colegas de trabalho e superiores, com a professora e demais imigrantes do Curso de Língua Portuguesa, com funcionários de agências bancárias, além de interação e participação social no mercado de trabalho e em serviços públicos. O sujeito mostra como a língua lhe permite fazer parte da sociedade brasileira, conhecer e cumprir seus deveres e ter seus direitos assegurados.

Conforme apresentado pelo imigrante e analisado nesta seção, é a possibilidade de *significação*, garantida pela língua, que permite a inserção e a participação social do imigrante na comunidade brasileira. Para Benveniste (1989, p. 242), “na linguagem, unifica-se esta dualidade de homem e de cultura, de homem e de sociedade, graças à propriedade de significação”. Essa propriedade é experienciada pelo imigrante e revelada em seus comentários, de modo que se evidencia a importância do conhecimento da língua portuguesa para pessoas advindas de contextos de migração forçada.

5 Considerações finais

Esta pesquisa debruçou-se sobre comentários de um imigrante haitiano, aprendente de Português como Língua de Acolhimento, os quais apresentam a relação desse sujeito com a língua do país em que passará a viver. O estudo foi pautado na Antropologia da Enunciação (FLORES, 2015; 2019), perspectiva que coloca em foco o *Homo loquens* – o homem que fala – na medida em que se dedica a procurar conhecimentos sobre a língua revelados pelo próprio falante em seus enunciados. Para isso, buscou-se, em trechos de uma entrevista semiestruturada, os efeitos que a língua utilizada causa na vida do imigrante em questão. A análise dos dados foi baseada nos textos “O aparelho formal da enunciação” e “A forma e o sentido na linguagem”, ambos publicados no *Problemas de Linguística Geral II* (BENVENISTE, 1989).

Nos comentários, pode-se verificar a função metalinguística da língua, que diz respeito à língua ser um sistema que pode interpretar, além de outros, a si mesma. O falante, por descrever sua experiência com a língua, revelou um conhecimento linguístico atrelado à propriedade de significação, apontada por Benveniste (1989) em dois de seus artigos sobre enunciação.

Para isso, foi fundamental sustentar o aprendizado de língua pautado na Língua de Acolhimento, pois essa perspectiva permite que os aprendentes do idioma tenham acesso a situações comunicativas que fazem parte de sua realidade e que são fundamentais para que eles possam inserir-se o mais rápido possível na sociedade brasileira. Os vocábulos e as estruturas sintáticas ensinadas em aula são específicos para seu contexto de vida, pois tratam de questões de trabalho, documentos, itens de alimentação e higiene básica, partes do corpo, sintomas de viroses e gripe, entre outros. Além disso, são trabalhados aspectos culturais da região onde esses sujeitos vivem.

Com este estudo, foi possível verificar o percurso existente entre o aprendizado das palavras da língua – sistema de signos compartilhados por uma comunidade – dado no Curso de Língua Portuguesa regido na perspectiva de PLAc e a inserção social desses sujeitos. Nos termos propostos neste artigo, traça-se o caminho entre o ser falante e o ser cidadão: primeiro, o imigrante reconhece os signos da língua portuguesa, em forma e sentido; depois, é necessário que ele apreenda o sistema e o coloque em uso; com isso, ocorre a semantização, ou seja, a passagem do domínio semiótico para o domínio semântico, o que implica a criação de frases; a partir de frases, ocorre a comunicação, meio pelo qual o imigrante se insere na sociedade e tem a possibilidade de garantir seus direitos como cidadão.

O ato de colocar a língua em uso e enunciar – semantização – é garantido pela propriedade de significação das línguas. Com isso, retoma-se a pergunta que norteou esta pesquisa: o que o comentário de um imigrante haitiano, em processo de aprendizado da Língua Portuguesa como Língua de

Acolhimento, revela sobre a relação entre o ser falante e o ser cidadão? Como resposta, tem-se que, dentre as diversas funções da língua, é a propriedade da *significação* que garante aos imigrantes a possibilidade de reconstruir sua cidadania no Brasil, pois é ela que permite a comunicação desses sujeitos com os falantes nativos. A partir da possibilidade de se comunicar, o imigrante pode ter acesso a serviços estritamente ligados à garantia de seus direitos, como utilizar o sistema de saúde, serviços bancários, emitir documentos, ter um emprego, compreender tarefas e criar vínculos com pessoas cuja língua materna é o português. Portanto, o conhecimento revelado pelo imigrante diz respeito à propriedade de significação da língua ser o fator que conecta o ser falante ao ser cidadão.

Além disso, nos comentários do imigrante foi possível encontrar aspectos já elencados por Benveniste (1989) nos artigos utilizados nesta análise. Dentre eles, destacam-se a necessidade de referir pelo discurso e de estabelecer um co-locutor que compartilhe um mesmo centro de referência; a particularidade da língua de permitir a sobrevivência desses sujeitos na comunidade nova; e a criação de frases como o meio pelo qual se dá a comunicação.

Por fim, reitera-se a importância do ensino de PLAc para imigrantes e refugiados, pois é a partir do aprendizado da língua que eles terão acesso aos signos da língua e aos seus respectivos significados, e, com isso, poderão colocar a língua em uso. É este ato que permite, pela propriedade de significação da língua, a relação entre homem e homem, homem e mundo, homem e sociedade. Tendo isso em vista, este estudo pode expandir-se para que tais relações, em contexto de PLAc, sejam mais aprofundadas, principalmente no que diz respeito às influências que a língua, a cultura e a cidadania do país de origem exercem sobre a vida dessas pessoas quando elas passam a morar no Brasil.

Referências

BALZAN, C. F. B.; VIEIRA, L. R.; PEDRASSANI, J. S. Língua Portuguesa como passaporte para a cidadania: estudo de caso com imigrantes haitianos no IFRS – Campus Bento Gonçalves. *Muiraquitã: Revista de Letras e Humanidades*. [S. l.], v. 7, n. 2, 2019. DOI: 10.29327/212070.7.2-3. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/mui/article/view/2894>. Acesso em: 24 out. 2022.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. Companhia Nacional, SP: Pontes, 1976.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

CABETE, M. A. C. S. S. *O processo de ensino-aprendizagem do português enquanto língua de acolhimento*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Língua e Cultura Portuguesa. Universidade de Lisboa, 2010, 146 p. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4090/1/ulfl081236_tm.pdf. Acesso em: 18 nov. 2022.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; SILVA, B. G. *Imigração e refúgio no Brasil: Retratos da década de 2010*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho

Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/Relat%C3%B3rio_Anuar/Retratos_da_De%C3%81cada.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

FLORES, V. N. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

FLORES, V. N. O falante como etnógrafo da própria língua: uma antropologia da enunciação. *Letras de Hoje*, v. 50, n. esp, p. 90-95, dez. 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/23144/14074>. Acesso em: 13 abr. 2022.

FLORES, V. N. Por uma antropologia da enunciação: contorno de sentidos, saberes do falante. In: MATTES, Marlene Gonçalves (org.). *Ideias linguísticas em domínios teóricos específicos: Festschrift em homenagem à professora pesquisadora Leci Borges Barbisan*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017. p. 175-186. Disponível em: https://www.editorafi.org/_files/ugd/48d206_9f9e4123599e457fb1ee1d46fe7587a6.pdf. Acesso em: 16 jun. 2022.

FLORES, V. N. *Problemas Gerais de Linguística*. Rio de Janeiro, Vozes, 2019

FREISLEBEN, L. C.; OLIVEIRA, A. M. A presença e o reconhecimento de todes, todas e todos: um olhar enunciativo e antropológico para os dizeres sobre a linguagem neutra/ inclusiva/ não binária. *Ideias: revista dos cursos de letras*, v. 1, n 30, 59-68, 2021.

GIL, A. C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

GROSSO, M. J. R. Língua de acolhimento, língua de interação. *Horizontes de Linguística Aplicada*, v. 9, n. 2, 2010, p. 61-77. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/horizontesla/article/view/886>. Acesso em: 02 jun. 2019.

MORAIS, I. A. A construção histórica do conceito de cidadania: o que significa ser cidadão na sociedade contemporânea. In: Congresso Nacional de Educação, 11., 2013, Curitiba. *Anais do 11º Congresso Nacional de Educação*. Curitiba: Pucpr, 2013. p. 20909-20922.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. *Produção textual na universidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

NUNES, P. Á.; FLORES, V. N. O trabalho com dado e banco de dados: considerações por meio de uma teoria enunciativa da linguagem. *Letras de Hoje*, v. 52, n. 3, p. 401-409, 7 dez. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/29372>. Acesso em: 18 nov. 2022.

SÃO BERNARDO, M. A. *Português como língua de acolhimento: um estudo com imigrantes e pessoas em situação de refúgio no Brasil*. 2016. 206 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós- Graduação em Linguística, UFSCar: São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8126?show=full>. Acesso em: 12 jun. 2019.

SIMÕES, A.; HALLAK NETO, J.; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; GUIMARÃES, B. *Relatório Conjuntural: tendências da imigração e refúgio no Brasil, 3º quadrimestre/2021*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Coordenação Geral de Imigração

Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/Relat%C3%B3rios_Conjunturais/Informativo_Conjuntural_-_3%C2%BA_qudri_2021.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

VOLMER, L.; ROS, P. Língua como Acolhimento e construção identitária. *Humanidades e inovação*, p. 87-95, v. 7, n. 17, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3757>. Acesso em 30 jun. 2022.

Data de submissão: 06/05/2023. Data de aprovação: 25/07/2023.